

CPQ Brasil S.A.
CNPJ: 74.552.068/0001-10

Relatório da administração

De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. A Administração permanece, como sempre, a disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários. São Paulo, 00 de Março de 2015. **A Administração**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
Ativo	2014	2013	Passivo e passivo a descoberto	2014	2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6(a))	4.412	5.734	Fornecedores	3.131	3.526
Aplicações financeiras (Nota 6(b))	328	8.532	Debêntures (Nota 12)	-	3.775
Aplicações financeiras restritas	1.295	1.163	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	54	2.569
Contas a receber de clientes (Nota 7)	6.500	6.975	Impostos e contribuições a recolher	1.513	1.402
Estoques (Nota 8)	4.082	3.330	Férias, encargos e bônus a funcionários (Nota 14)	1.703	1.880
Impostos a recuperar	848	761	Imposto de renda e contribuição social	103	103
Outras contas a receber	1.565	1.338	Outras contas a pagar	2.030	634
	19.030	27.833		8.534	13.889
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Debêntures (Nota 12)	71.809	67.875
Partes relacionadas (Nota 17)	6.095	4.084	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	68	12
Impostos a recuperar	286	183	Provisão para contingências (Nota 16)	232	75
Impostos diferidos (Nota 9)	17.056	18.298	Receitas antecipadas (Nota 15)	416	950
Outras contas a receber	291	137	Outras contas a pagar	57	62
	23.728	22.702		72.582	68.974
Imobilizado (Nota 10)	21.598	13.967	Total do passivo	81.116	82.863
Intangível (Nota 11)	6.918	6.447	Passivo a descoberto	12.839	12.839
	52.244	43.116	Capital social (Nota 18)	(22.681)	(24.753)
Total do ativo	71.274	70.949	Prejuízos acumulados	(9.842)	(11.914)
			Total do passivo a descoberto	71.274	70.949
			Total do passivo e passivo a descoberto	71.274	70.949

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais		
	2014	2013
Receita líquida (Nota 19)	79.174	68.706
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(36.496)	(31.309)
Lucro bruto	42.678	37.397
Despesas comerciais (Nota 20)	(17.983)	(13.516)
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(14.795)	(10.517)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 21)	3.365	1.488
Lucro antes do resultado financeiro	13.265	14.852
Receitas financeiras	1.486	1.256
Despesas financeiras	(11.438)	(9.262)
	(9.952)	(8.006)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.313	6.846
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	(1.241)	(2.248)
Lucro líquido do exercício	2.072	4.598
Não houve resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto, a "Demonstração do resultado abrangente" não está sendo apresentada.		
Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2014	2013

Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		
	3.313	6.846
Ajustes		
Depreciação e amortização	2.429	2.054
Despesas financeiras e outras provisões	10.978	9.055
Amortização de receita antecipada e provisão para contingências	(403)	(611)
Resultado na venda de ativo imobilizado	992	33
	17.309	17.377
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	449	(791)
Estoques	(752)	(203)
Impostos a recuperar	(190)	-
Outros créditos	(381)	(1.341)
Fornecedores e outras contas a pagar	(996)	(295)
Férias, encargos e bônus a funcionários	177	(759)
Impostos a recolher	(111)	473
Caixa gerado nas operações	15.505	14.461
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(8.481)	(8.666)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.024	5.795
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Empréstimos para partes relacionadas	(1.500)	-
Aplicação (resgate) de aplicações financeiras	8.778	(3.075)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(11.523)	(1.234)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(4.245)	(4.309)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de financiamentos - principal	(4.101)	(490)
Aquisição em empréstimos	-	2.895
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(4.101)	2.405
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(1.322)	3.891
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.734	1.843
No fim do exercício	4.412	5.734
	(1.322)	3.891

Demonstração das mutações do passivo a descoberto				
Em milhares de reais				
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2012	12.839	20.000	(49.351)	(16.512)
Absorção de prejuízos acumulados (Nota 18)	-	(20.000)	20.000	-
Lucro líquido do exercício	-	-	4.598	4.598
Em 31 de dezembro de 2013	12.839	-	(24.753)	(11.914)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.072	2.072
Em 31 de dezembro de 2014	12.839	-	(22.681)	(9.842)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais

1. Contexto operacional - A CPQ Brasil S.A. ("CPQ" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo e tem por objetivo a indústria e o comércio de pães, massas, biscoitos, bolachas, doces e outros produtos de padaria, pastelaria, confeitaria e lanchonete, podendo para tanto, fabricá-los, adquiri-los de terceiros ou recebê-los em consignação, bem como a administração de franquias empresariais incluindo fundo de propaganda, treinamento e seleção de mão-de-obra, indicação de fornecedores, locação e comodato de equipamentos e licenciamento temporário de uso de marca. Como resultado de sua política de crescimento, em 2014, houve a abertura de filiais, denominadas "lojas próprias" nos principais aeroportos em expansão do Brasil. Em maio, foi inaugurada a filial Brasília Pier Sul e em junho foram inauguradas duas filiais no aeroporto internacional de Natal. Em continuidade a esta política, foram inauguradas mais uma filial em Brasília, uma em Natal e duas filiais no Aeroporto Internacional em Guarulhos. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 26 de março de 2015. **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **2.1 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: determinações de provisões para imposto de renda e utilização de prejuízos fiscais (Nota 9), vida útil do ativo imobilizado (Nota 2.7), provisões para contingências (Nota 16), provisão para devedores duvidosos (Nota 7) e provisão para perda nos estoques (Nota 8). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **2.3 Conversão de moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **(b) Transações em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. A Companhia não possui operações denominadas em moeda estrangeira nos exercícios ora apresentados. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **2.5 Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis e (iii) mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(a) Ativos financeiros** - A Companhia reconhece os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, inicialmente na data em que foram originados, pelo seu valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(i) Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(ii) Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos por qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(iii) Mantidos até o vencimento** - As aplicações financeiras que a Companhia tem habilidade e intenção em manter até a data de vencimento são classificadas como mantidas até o vencimento e são registradas inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado. São apresentados como ativo circulante, quando a data de vencimento não é superior a 12 meses após a data do balanço. **(b) Passivos financeiros** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das

disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **2.5 Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **2.6 Estoques** - Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição ou de produção e não excedem o valor líquido de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. A Companhia adota a política de realizar provisões e baixas de estoques por questões de obsolescência, demanda e outros fatores econômicos. **2.7 Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais." O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposito por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos foram avaliadas por empresa especializada e independente e revisada pela Companhia e são apresentadas a seguir:

	Vida útil estimada
Edificações	42 anos
Instalações	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 a 17 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	8 a 17 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	38,04% - taxa média
Equipamentos de informática	5 anos

As vidas úteis utilizadas representam os períodos nos quais os ativos contribuirão para a geração de receita. O julgamento da Companhia para a determinação na manutenção das vidas úteis e valores depreciáveis está baseada no conhecimento da diretoria da Companhia nas operações e no mercado onde atua. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **2.8 Ativos arrendados** - Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **2.9 Ativos intangíveis - (a) Ágio** - O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. O ágio resultante na aquisição de controladas está incluído nos ativos intangíveis (Nota 11). **(b) Softwares** - As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. **2.10 Redução ao valor recuperável (impairment) - (a) Impairment de ativos financeiros** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas relacionadas às condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(b) Ativos não financeiros** - A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. **2.11 Benefícios a empregados** - A Companhia mantém para seus colaboradores um plano de participação nos lucros. Os colaboradores tem direito a participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e para os gestores com base em objetivos específicos e acordados entre as partes. O montante da participação é reconhecido no resultado do período. Os programas

são aprovados pela diretoria e, quando aplicável constam dos acordos firmados com entidades sindicais competentes. **2.12 Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **2.13 Capital social** - As ações ordinárias são classificadas como capital social, no passivo a descoberto. **2.14 Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir: **(a) Venda de produtos** - As vendas de produtos são reconhecidas sempre que seja efetuada a entrega de produtos para os clientes e tenha-se evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **(b) Venda de serviços** - A Companhia cobra de seus franqueados taxas de royalties e fundo de marketing com base no faturamento informado pelas franquias. Para o ingresso de novas lojas na Companhia é efetuada a cobrança de uma taxa de franquia, reconhecidas de acordo com os critérios estabelecidos em contrato firmado entre as partes. **(c) Receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem, principalmente, as receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **2.15 Imposto de renda e contribuição social - (a) Corrente** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **(b) Diferido** - Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração e são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **2.16 Resultado por ação** - O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias nominativas em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41. **4. Gestão de riscos financeiros** - As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxo de caixa. A diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **(a) Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme a seguir:

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 6) (i)	6.035	15.429
Contas a receber de clientes (Nota 7) (ii)	6.500	6.975
	12.535	22.404

(i) A política de gestão de riscos determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia, tanto com terceiros, como com seus acionistas. A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo, e com liquidez. No que tange às instituições financeiras, a Companhia so-

mente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha e aplicações em títulos de renda fixa. (ii) A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A pulverização de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes (90% franqueados ou licenciados e 10% operadoras de cartões referente vendas lojas próprias), assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber. A Companhia não possui histórico de perdas relevantes nas contas a receber e, em 31 de dezembro de 2014 cerca de 93% dos títulos encontravam-se a vencer (95% em 31 de dezembro de 2013). Apesar de haver uma reduzida parcela de saldos vencidos a Companhia constitui provisão para devedores duvidosos. **(b) Risco de liquidez** - É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2014				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Debêntures	71.809	-	-	795	71.014
Empréstimos	122	54	-	68	-
Fornecedores	3.131	3.131	-	-	-
Demais contas a pagar	3.790	3.733	-	57	-
	<u>78.852</u>	<u>6.918</u>	-	<u>920</u>	<u>71.014</u>
					<u>2013</u>
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Debêntures	71.650	234	3.541	46.543	21.332
Empréstimos	2.581	2.569	-	12	-
Fornecedores	3.526	3.526	-	-	-
Demais contas a pagar	2.576	2.514	-	62	-
	<u>80.333</u>	<u>8.843</u>	<u>3.541</u>	<u>46.617</u>	<u>21.332</u>

(c) Risco de fluxo de caixa - O caixa aplicado da Companhia tem rendimento indexado a percentuais do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado. Para o passivo, o risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e debêntures também indexados ao CDI. O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do empréstimo, sendo política da Companhia acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava uma exposição líquida passiva de R\$ 65.895 (2013 - R\$ 58.802), composta pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, deduzido de empréstimos, financiamentos e debêntures. Para a análise de sensibilidade, foi adotado como cenário "Provável" a expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil em 6 de fevereiro de 2015, onde indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 12,63 %, ante a taxa efetiva de 11,57% verificada no ano de 2014. Nos cenários "Possível" e "Remoto", a taxa de juros foi valorizada em 25% e 50%, em relação ao cenário "Provável".

	Cenário Provável	Cenário Possível (25%)	Cenário Remoto (50%)
Taxa anual estimada do CDI-%	12,63	15,79	18,95
Impacto do aumento da taxa de juros	699	2.779	4.860

(d) Valor justo - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos nesta nota de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos valores contábeis nas datas dos balanços apresentados. **(e) Hierarquia do valor justo** - Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo. Os ativos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: (i) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração. (ii) Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no Nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo. (iii) Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Todos os instrumentos financeiros estão classificados no Nível 2 de hierarquia de valor justo.

5. Gestão de capital - A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como a dívida líquida dividida pelo LAJIDA ajustado (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização ajustado), acompanhando o limite dos covenants de cada exercício estabelecidos na escritura das debêntures. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	2014	2013
Empréstimos, financiamentos e debêntures	71.931	74.231
(-) Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(6.035)	(15.429)
Dívida líquida (A)	65.896	58.802
LAJIDA	15.694	16.906
Ajustes:		
Despesas não recorrentes (i)	584	-
Resultado negativo do varejo (i)	473	-
LAJIDA ajustado (B)	16.751	16.906
(=) Relação dívida líquida sobre capital em 31 de dezembro (A/B)	3,93	3,48

(i) Em 2014, o LAJIDA foi ajustado pelo valor de R\$ 1.057, sendo R\$ 584 decorrente de despesas não recorrentes e R\$ 473 do resultado negativo de 2014 das lojas próprias (varejo), conforme estabelecido na escritura da 3ª. emissão das debêntures. A reconciliação do LAJIDA para os exercícios apresentados é como segue:

	2014	2013
Lucro operacional antes do resultado financeiro e tributos	13.265	14.852
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 10)	2.063	1.770
Amortização do intangível (Nota 11)	366	284
	<u>15.694</u>	<u>16.906</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Taxa efetiva de juros (ao ano)	
	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	4.412	5.734
Aplicações financeiras		
Certificados de depósitos bancários	101% do CDI	328
Aplicações financeiras restritas (i)		8.532
Certificados de depósitos bancários	100% do CDI	1.295
		<u>6.035</u>
		<u>15.429</u>

(i) As aplicações financeiras restritas foram cedidas fiduciariamente, em garantia ao cumprimento das obrigações garantidas relacionadas à 3ª. emissão de debêntures, conforme Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A., banco em que as aplicações foram realizadas.

	2014	2013
Duplicatas a receber	6.540	7.041
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40)	(66)
	<u>6.500</u>	<u>6.975</u>

O aging list das duplicatas a receber está assim composto:

	2014	2013
A vencer	6.106	6.700
Vencidos até 30 dias	352	256
Vencidos até 60 dias	24	24
Vencidos até 90 dias	22	1
Vencidos até 180 dias	12	25
Vencidos há mais de 180 dias	24	35
	<u>6.540</u>	<u>7.041</u>

8. Estoques

Produtos acabados	1.524	1.048
Produtos para revenda	1.361	974
Matérias-primas	1082	1.298
Outros	115	10
	<u>4.082</u>	<u>3.330</u>

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. Os impostos diferidos ativos estão compostos como segue:

	2014	2013
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	1.187	961
Crédito fiscal de ágio decorrente de incorporação reversa	4.761	10.847
Prejuízo fiscal	8.520	5.278
Base negativa	3.083	1.907
Ajuste de depreciação - CPC 27	(941)	(851)
Outras provisões	446	156
	<u>17.056</u>	<u>18.298</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa é de dez anos, conforme a seguir:

	Máquinas, equipamentos e ferramentas		Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Outros(i)	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2012	4.943	803	6.861	516	812	272	494	15
Aquisição	1	16	736	65	164	53	-	19
Alienação	-	-	(15)	-	(17)	(1)	-	(33)
Transferências	(11)	-	-	-	-	-	11	-
Depreciação/amortização	(102)	(181)	(1.139)	(80)	(92)	(93)	(83)	(1.770)
Em 31 de dezembro de 2013	4.831	638	6.443	501	867	231	422	34
Custo total	7.505	2.119	18.874	1.267	1.340	1.234	1.018	34
Depreciação acumulada	(2.674)	(1.481)	(12.431)	(766)	(473)	(1.003)	(596)	(19.424)
Saldo contábil	4.831	638	6.443	501	867	231	422	34
Em 31 de dezembro de 2013	4.831	638	6.443	501	867	231	422	34
Aquisição	-	137	2200	639	252	896	1.372	4.703
Alienação	-	(34)	(137)	(51)	(180)	(42)	-	(61)
Transferências	-	89	-	-	-	-	3.718	(3.807)
Depreciação/amortização	(131)	(149)	(1.183)	(87)	47	(145)	(415)	(2.063)
Em 31 de dezembro de 2014	4.700	681	7.323	1.002	986	940	5.097	869
Custo total	7.505	2.311	20.937	1.855	1.412	2.088	6.108	869
Depreciação acumulada	(2.805)	(1.630)	(13.614)	(853)	(426)	(1.148)	(1.011)	(21.487)
Saldo contábil	4.700	681	7.323	1.002	986	940	5.097	869

(i) Em 2014, as aquisições e transferências referem-se substancialmente à benfeitorias em imóveis de terceiros. Tratam -se dos custos de instalação e obras das novas lojas inauguradas em aeroportos.

	Software	Ágio Intangível Astrágalos (i)	MBCM (i)	Instalações Aeroportos	Total
Em 31/12/2013					
Saldo inicial	553	325	5.674	-	6.552
Aquisições	179	-	-	-	179
Transferência	37	-	(37)	-	-
Amortização	(120)	-	(164)	-	(284)
Saldo contábil	649	325	5.473	-	6.447
Em 31/12/ 2013					
Custo	1.392	481	6.029	-	7.902
Amortização acumulada	(743)	(156)	(556)	-	(1.455)
Saldo contábil	649	325	5.473	-	6.447
Em 31/12/2014					
Saldo inicial	649	325	5.473	-	6.447
Aquisições	159	-	-	1.165	1.324
Baixas	-	-	-	(487)	(487)
Transferência	-	57	(57)	-	-
Amortização	(141)	(230)	48	(43)	(366)
Saldo contábil	667	152	5.464	635	6.918
Em 31/12/2014					
Custo	1.551	538	5.972	678	8.739
Amortização acumulada	(884)	(386)	(508)	(43)	(1.821)
Saldo contábil	667	152	5.464	635	6.918

(i) O ágio e outros intangíveis gerados nas aquisições de investimentos estão fundamentados em estudos desenvolvidos por empresa especializada independente, representados em laudos que suportam a contabilização do ágio. Os laudos foram desenvolvidos considerando as metodologias específicas de avaliação estabelecidas pela empresa especializada independente e premissas definidas e fornecidas pela Companhia considerando projeções de aumento do número de lojas e quiosques, lançamento de novos produtos, maior penetração dos produtos nos franqueados e crescimento de vendas.

12. Debêntures - Em 2014, a Companhia efetuou a renegociação do seu endividamento junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. e a Planner Trustee DTVM Ltda. por meio de uma nova emissão de debêntures, a qual foi utilizada para liquidar antecipadamente as debêntures relativas à 2ª. emissão da Companhia. Dessa forma, em 8 de dezembro de 2014, ocorreu a 3ª. emissão de debêntures da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, para distribuição pública, em série única, da espécie quirográfrica nos termos da Lei nº 6.404/76 e da Instrução da CVM nº 476/2009, a ser convalidada na espécie com garantia real e fidejussória adicional, com esforços restritos de distribuição, de 75 debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, tendo sido firmada a escritura particular entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda. O valor total da emissão foi de R\$ 75.000, sendo que o valor nominal unitário das debêntures na data da emissão foi de R\$ 1.000 e serão remuneradas à taxa média diária de juros do DI acrescido de uma sobretaxa de 3,00%. As parcelas a vencer de longo prazo estão assim distribuídas:

	2014	2013
2015	-	23.271
2016	795	23.271
2017	23.409	21.333
2018	23.780	-
2019	23.825	-
	<u>71.809</u>	<u>67.875</u>

As debêntures receberam as seguintes garantias: (i) Alienação fiduciária em garantia de 100% das ações de emissão da Companhia, abrangendo as ações a serem emitidas em eventuais aumentos de capital social, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças firmado em 5 de dezembro de 2014 entre MCN Participações e Empreendimentos Ltda. e Planner Trustee DTVM Ltda., e a Companhia na qualidade de interveniente anuente. (ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Titularidade da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditório e Outras Avenças firmado em 8 de dezembro de 2014 entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda. e Itaú Unibanco S.A., na qualidade de interveniente anuente. (iii) Alienação fiduciária em garantia de imóvel de propriedade dos sócios, nos termos do Instrumento Particular de Imóvel - Itaquiratá, firmado em 5 de dezembro de 2014. (iv) Alienação fiduciária em garantia da planta industrial de Itupeva, nos termos do Instrumento Particular de Imóvel em Garantia, firmado em 5 de dezembro de 2014. Os covenants acordados na escritura da 3ª. emissão de debêntures especificam que o índice de endividamento (dívida líquida sobre LAJIDA ajustado), conforme definido

	Montante	Percentual
Em 2015	344	2
Em 2016	1.305	7,6
Em 2017	2.334	13,6
Em 2018	4.452	26
Em 2019	5.541	32
Entre 2020 a 2021	3.080	18,8
	<u>17.056</u>	<u>100</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado da controladora é demonstrada como segue:

	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.313	6.846
Alíquota fiscal - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	1.126	2.328
Adições permanentes	-	-
Despesas não dedutíveis	248	203
Exclusões permanentes	-	-
Outras receitas isentas de impostos	(133)	(283)
Imposto de renda e contribuição social no resultado diferidos	1.241	2.248
Alíquota efetiva - %	37	33

Lei 12.973/14 - Conversão da MP 627/13 - Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014. A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos. Considerando que o resultado dessa análise não apresentou efeitos tributários materiais, a Companhia decidiu não antecipar a adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício de 2014.

	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Outros(i)	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2012	6.861	516	812	272	494	15	14.716
Aquisição	736	65	164	53	-	19	1.054
Alienação	(15)	-	(17)	(1)	-	-	(33)
Transferências	-	-	-	-	-	11	-
Depreciação/amortização	(1.139)	(80)	(92)	(93)	(83)	-	(1.770)
Em 31 de dezembro de 2013	6.443	501	867	231	422	34	13.967
Custo total	18.874	1.267	1.340	1.234	1.018	34	33.391
Depreciação acumulada	(12.431)	(766)	(473)	(1.003)	(596)	-	(19.424)
Saldo contábil	6.443	501	867	231	422	34	13.967
Em 31 de dezembro de 2013	6.443	501	867	231	422	34	13.967
Aquisição	-	137	2200	639	252	896	4.703
Alienação	-	(34)	(137)	(51)	(180)	(42)	-
Transferências	-	89	-	-	-	-	3.718
Depreciação/amortização	(131)	(149)	(1.183)	(87)	47	(145)	(415)
Em 31 de dezembro de 2014	4.700	681	7.323	1.002	986	940	5.097
Custo total	7.505	2.311	20.937	1.855	1.412	2.088	6.108

>>>Continuação

visando à cobrança de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos-calendário de 2010 e de 2011, cujos valores foram glosados pelo fato da Companhia ter iniciado em janeiro de 2010 a amortização fiscal de ágio apurado em processo de reorganização societária ocorrido em dezembro de 2009. O ágio questionado pela SRFB decorre da aquisição das ações da Garuda S.A. ("Garuda") pela Arthemia Participações S.A. (a "Arthemia"), ocorrida em 2 de dezembro de 2009 em leilão aberto realizado no mercado de balcão organizado da BMF&BOVESPA. A Garuda era a sociedade controladora da Companhia, enquanto que a Arthemia era a sociedade holding utilizada pela MCN Participações e Empreendimentos S.A. e o Banco Standard de Investimentos S.A. para efetuar a aquisição do controle do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2009, primeiramente a Garuda, e ato contínuo, a Arthemia, foram incorporadas pela Companhia. Desde janeiro de 2010, o ágio em questão vem sendo amortizado para fins tributários linearmente à razão de 1/60 por mês, conforme autoriza o inciso 11 do artigo 386 do RIR. A Companhia discordando da lavratura do auto de infração, apresentou impugnação protocolada em 5 de março de 2013 perante o delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campinas - SP, através do Processo Administrativo nº 19311.720445/2012-76. Em 19 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu intimação de resultado de julgamento do acórdão do CARF dando provimento ao recurso voluntário. O acórdão foi publicado em 07/11/14 e não houve nenhum recurso, sendo o processo arquivado com 100% de êxito definitivo da CPQ que solicitará baixa do arrolamento de bens. A avaliação de risco foi considerada em dezembro de 2014 como possível pelos assessores legais da Companhia, sem recomendação de provisão contábil devido à fase processual e por ser processo administrativo, sendo a decisão passível de discussão judicial. Com o êxito definitivo, risco será inexistente em 2015.

17. Transações com partes relacionadas - Os principais saldos e transações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora e outras partes relacionadas. A Companhia não possui operações relevantes de compras e vendas de bens, locação, prestação de serviços, perdões de dívidas etc. Consequentemente, o resultado da Companhia não está impactado por transações com partes relacionadas.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo não circulante		
Alberto Carneiro Neto (i)	4.353	3.933
MCN (ii)	<u>1.742</u>	<u>151</u>
	<u>6.095</u>	<u>4.084</u>

(i) Refere-se a mútuos efetuados pela Companhia com Alberto Carneiro Neto, sujeito a juros equivalentes a 100% do CDI. O vencimento dos mútuos celebrados entre as partes é de no máximo vinte anos, conforme o disposto na cláusula 3 dos contratos de mútuo (vencimento ordinário), podendo, no entanto, ocorrer o vencimento antecipado destes empréstimos nas seguintes hipóteses, previstas na cláusula 3.1 dos contratos de mútuo: (a) após a Companhia pagar mais de R\$ 20.000 em dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital ou outras distribuições aos acionistas ou; (b) caso o mutuário liquide seus investimentos (direta ou indiretamente) na mutuante, que viabilize o recebimento pelos controladores de quantia superior a R\$ 20.000. (ii) Refere-se a mútuo efetuado a partir de novembro de 2013 pela Companhia com a Nova MCN Participações e Empreendimentos Ltda., sujeito a juros equivalentes a 100% do CDI. O vencimento do mútuo é de no máximo vinte anos, conforme o disposto na cláusula 3 do contrato de

mútuo (vencimento ordinário). Em 2014, foram auferidos juros remuneratórios no montante de R\$ 512 (2013 - R\$ 292), registrados no resultado da Companhia.

Remuneração dos administradores	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração - diretoria (pró-labore e variável)	1.361	1.213
Encargos sociais	<u>244</u>	<u>216</u>
	<u>1.605</u>	<u>1.429</u>

18. Resultado por ação - básico e diluído - A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são iguais.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.072	4.598
Quantidade de ações	<u>11.516</u>	<u>11.516</u>
	<u>0,18</u>	<u>0,40</u>

19. Passivo a descoberto - (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 12.839, dividido em 11.516.008 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, detido integralmente pelo acionista Nova MCN Participações e Empreendimentos Ltda. **(b) Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Em 2014 e 2013, a reserva legal não foi constituída em razão dos prejuízos acumulados existentes. **(c) Reserva de capital** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2013, os acionistas aprovaram a destinação integral da reserva de capital de R\$ 20.000 para a absorção parcial do saldo do prejuízo acumulado apurado pela Companhia até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, com fundamento no artigo 200, inciso I da Lei nº 6.404/76. **(d) Dividendos** - O Estatuto Social da Companhia estabelece como dividendo anual mínimo obrigatório o equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio, observado ainda o disposto nos artigos 201 e 202 da Lei nº 6.404/76. Os resultados apurados nos exercícios de 2014 e de 2013 foram totalmente absorvidos pelos prejuízos acumulados. Adicionalmente, por força das cláusulas restritivas das debêntures, a Companhia está impedida de distribuir dividendos.

20. Receita	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita bruta	91.679	79.770
Imposto sobre Vendas		
PIS/COFINS	(4.862)	(3.984)
ICMS	(6.898)	(6.344)
ISSQN	(73)	(69)
INSS	(500)	(506)
Devoluções e abatimentos	<u>(172)</u>	<u>(161)</u>
	<u>79.174</u>	<u>68.706</u>

Receita por natureza	71.981	60.718
Venda de produtos	<u>7.193</u>	<u>7.988</u>
Prestação de serviços	<u>79.174</u>	<u>68.706</u>

21. Custos e despesas por natureza	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Matéria-prima	26.369	24.220
Despesas com pessoal	18.747	13.907
Participação nos lucros e resultados - empregados	6	789
Participação nos lucros e resultados - Diretoria (i)	-	(800)
Propaganda e publicidade e demais despesas comerciais	6.722	8.088
Serviços e utilidades	10.566	4.277
Depreciação e amortização	2.429	2.054
Frete	1.594	817
Manutenção	732	675
Despesas gerais	<u>2.109</u>	<u>1.315</u>
	<u>69.274</u>	<u>55.342</u>

(i) Em 2013, considerando o fluxo de caixa previsto de liquidação das debêntures, a Diretoria abriu mão do recebimento do bônus, motivo pelo qual houve a reversão de provisão mantida em 31 de dezembro de 2012 no exercício de 2013. Em 2014, devido ao não atingimento das metas de resultado, o bônus provisionado foi estornado em dezembro do ano corrente.

22. Outras receitas operacionais	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de cessão de espaço	34	585
Receita com exclusividade em produtos	534	903
Outras receitas operacionais (*)	<u>2.797</u>	<u>-</u>
	<u>3.365</u>	<u>1.488</u>
	<u>2014</u>	<u>2013</u>

23. Receitas e despesas financeiras		
Receitas financeiras		
Rendimentos das aplicações financeiras	706	674
Juros sobre outras contas a receber	663	513
Descontos obtidos	<u>117</u>	<u>69</u>
	<u>1.486</u>	<u>1.256</u>

Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias passivas sobre empréstimos, debêntures e outros passivos	(11.173)	(9.192)
Outras despesas financeiras	<u>(265)</u>	<u>(70)</u>
	<u>(9.952)</u>	<u>(8.006)</u>

Resultado financeiro líquido

	<u>(9.952)</u>	<u>(8.006)</u>
--	----------------	----------------

(*) Refere-se substancialmente a parcerias comerciais conforme contratos (implantação de novo produto na rede de franqueados e exclusividade de uso de equipamentos).

24. Cobertura de seguros - A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio e estoques	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval e fumaça	16.741
Lucros cessantes	Despesas fixas 12 meses	40.327
Responsabilidade civil	Danos morais e materiais a terceiros	3.000

Diretoria	Contadora
Alberto Carneiro Neto - Diretor-presidente Creuza Silva Brentel - Controller	Adriana Raddatz Jönck CRC: SP-288887/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas - **CPQ Brasil S.A.** - Examinamos as demonstrações financeiras da CPQ Brasil S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação

de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPQ Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

 **PricewaterhouseCoopers**
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

São Paulo, 26 de março de 2015

Sandro Parreira Borghetti
Contador CRC 1SP244185/O-5